Eutrevista M.L.P. Jornaliates vicente jorge silva of Aller Garaturo Funexe -10-84

Expresso SABADO, 20-OUTUBRO-1984 QUE SABADO, 20-OUTUBRO-1984

Combatalia.

Fundação Cuidar o Futuro

Pintasilgo candidata?
Se,
como,
porquê...

Maria de Lourdes Pintasilgo: serei candidata se...

Augusto M. Seabra/Jorge Wemans/Maria João Avillez/Vicente Jorge Silva

UM apartamento alegre de onde se avista o casario de Lisboa. Ela recebe-nos como se simultaneamente estivesse à espreita e

Olha desconfiada para a objectiva do Rui Ochôa mas o seu constrangimento è imediatamente ultrapassado pela conversa rápida, vivissima, que a cinco vozes irrompe de todos os lados

Pouco tempo depois, à roda da mesa da casa de jantar, Maria de Lourdes Pintasilgo volta mais uma vez - e sempre ao seu discurso privilegiado. Preenche-o, invade-o, solta-o, de uma forma pujante e voluntariosa. E durante quase très horas acenar-nos-á com aquilo que, de forma definida ou apenas vagamente entrevista, todos dizem querer: outra coisa.

Outra coisa cujos contornos ela própria deixa em aberto. preferindo apoiar-se em palavras fortes como "exigência", "nova cultura", "sociedade do século XXI"; em dois ou três principios onde o ético e o moral serão sempre fortemente sublinhados; em apelos a uma reforma das mentalidades. E não por acaso, escolhe alguns temas que parecem nortear-lhe a mudança por que se bate: o desenvolvimento, a regionalização, o Plano.

Pelo caminho - um caminho em que as palavras saborosas e aliciantes parecem apontar às vezes para a mais pura das utopias -, elogia o general Ramalho Eanes e a exemplaridade de que deu provas durante os seus dois mandatos. Mas não deixa de propor um papel mais interveniente para o futuro presi-dente da República...

Coloca-se com habilidade acima dos partidos políticos frisando, no entanto, não serem eles os edificios únicos da democracia. E responde reti-centemente a questões de política imediata.

Mas o ponto limite dessa reticência seria, todavia, a questão do aborto. Embora confessando a sua identificação com os movimentos sociais em curso na Europa, Pintasilgo acabaria por confessar uma posição "claríssima e evidente: Sou contra o aborto!"

"Se de-Aas acrescentaria: fendo a legalização constitucional e democrática, as leis existem e respeito-as.'

Maria de Lourdes Pintasilgo - candidata?

As respostas podem não conter um sim ou um não. Mas deixam escorregar, indiscutivelmente, a sua determinada vontade de que assim seja...

EXPRESSO - Vai candi-

datar-se à Presidência?

MARIA DE LOURDES PINTASILGO - É evidente que admito essa hipótese. Mas é uma decisão que se vai fazendo. Quando for uma decisão definitiva, será o resultado de factores de ordem subjeciva e objectiva, que não estão inda suficientemente clarifiados neste momento.

Quebrando um silêncio de muitos meses, Maria de Lourdes Pintasilgo reaparece na cena política com esta entrevista ao EXPRESSO/ /A Revista. E reaparece no momento preciso em que sondagens de opinião a creditam como o candidato mais popular nas próximas eleições para a Presidência da República. Nesta entrevista, que marca a "rentrée" política, Pintasilgo apresenta condicionantes e a filosofia da sua candidatura. Afirmando uma nova vontade política,

EXP. - Você gostava? ser "isto" ou "aquilo". Gosto de fazer o trabalho que, em cada momento, me parece necessário e para o qual me sinto preparada, e não exactamente ter esta ou aquela função. O que para mim é fundamental é o contributo para que as pessoas possam encontrar respostas para as suas necessidades fundamentais.

independente e

suprapartidária

EXP. - O que entende por clarificação de factores necessária a uma decisão definitiva?

M.L.P. - Entendo o conjunto de circunstâncias, algumas de mera avaliação subjectiva, que têm que ver com a minha adequação às aspirações que vão sendo expressas pelas diversas componentes da sociedade, pelas pessoas concre-



Uma candidatura que não será "contra os partidos" mas que "é a afirmação de que há uma excessiva partidarização na vida portuguesa'

ondagens de opiniao e movimentos ad hoc em torno da uma candidatura sua.

Uma candidatura exterior ao quadro partidário

M.L.P. - Para além dos factores subjectivos, que não são os mais importantes, há outros, de ordem objectiva, de uma clarificação de condições políticas na disputa das eleições presidenciais. Desses, destaco dois elementos. Um é a existência, no quadro dessa disputa, de candidatos independentes com credibilidade. Naturalmente, uma candidatura minha, a tornar-se realidade, teria essa conotação. Há

EXP. - Concretamente, há a necessidade de candidaturas poderá também dar-se o caso que sejam suprapartidarias, no sentido pleno desta palavra quer dizer, de pessoas que não . só não são filiadas em partidos. mas também não são emanação de partidos. Nas condições actuais da sociedade, portuguesa, uma candidatura independente e credivel, é importante. A minha decisão, a precisar-se num sentido positivo, responderá em primeiro lugar a esse requisito.

> Em segundo lugar, há o "timing" das eleições em que os portugueses terão de participar. È muito dificil na vida portuguesa prevermos, a um ano de distância, como é que vão evoluir as nossas instituições. Há uma questão de calendário: eleições autárquicas, presidenciais e depois legislativas, mas

de as legislativas ocorrerem

antes das presidenciais. EXP. — Falou em candidatos independentes crediveis e na sua importância fundamental. Não pensa que uma candidatura independente não encontrará eco num eleitorado determinado por quadros mentais que lhe são impostos pelos partidos?

M.L.P. - Gostava de remeter para a questão das sondagens e da movimentação que a minha eventual candidatura tem suscitado na opinião pública. Para mim, a interpretação qualitativa das sondagens leva-me a dizer que o que está em causa não é a maior ou menor apreciação das figuras públicas - não se trata de A ou B ser mais popular ou menos popular. O facto de o meu

nome aparecer em primeiro lugar significa, da parte dos portugueses, a escolha - ou o desejo - de que se apresente uma candidatura fora do quadro partidário.

EXP. - E isso terá um sentido, inclusive, antipartidário?

M.L.P. - Não creio que se possa dizer que há neste momento uma atitude antipartidos. O que ha é um certo cepticismo na vida portuguesa, na medida em que ela é excessivamente partidarizada, a todos os niveis, sobretudo depois da revisão constitucional de 82

Todos os órgãos de algum modo controladores do funcionamento juridico e constitucional da vida portuguesa são emanação do Parlamento. Este, por sua vez, é controlado pelos órgãos centrais dos partidos. E temos vindo a assistir a um afunilamento progressivo da vida portuguesa em termos de ocupação de posições-chave. com uma distribuição entre o que podemos chamar, se não tiliados, pelo menos pessoas afins de determinados partidos. Nesse sentido, é fundamental que os portugueses continuem com um Presidente que esteja acima dos partidos, sem que de modo nenhum menosprezar a actuação dos partidos, que é tundamental.

Perfil do PR não pode ser apenas ético

EXP. - Mas, de algum modo, o voto na candidata Maria de Lourdes Pintasilgo poderia ser a factura que os partidos pagariam devido a essa ocupação excessiva do terreno institucional ao longo destes últimos anos.

M.L.P. - Primeiro, não há ainda candidata Maria de Lourdes Pintasilgo...

EXP. - Mas é como se houvesse!

M.L.P. - ... e, em segundo lugar, não vejo como é que os partidos podem reagir neste momento a um candidato fundamentalmente indepen-

EXP. - Há, por outro lado, o problema da estabilidade política, argumento utilizado pelos que entendem que o melhor candidato sería o que emanasse dos partidos e mantivesse, por isso, uma relação mais estavel com eles.

M.L.P. - Pelo contrário. Se a minha candidatura se precisar, è justamente no sentido de tentar superar essa constante polarização da sociedade portuguesa. Se analisarmos os últimos anos, verificamos que a tendência da polarização é constante: pode ser entre direita e esquerda, entre o bloco central e quem não é bloco central... Há sempre uma tendência a que posições que nem sequer são ideológicas, nem sequer são oposições entre programas simpatias, lutas, rivalidades ocupem o primeiro lugar da cena politica e impeçam assim que Portugal realize a tarefa fundamental do desenvolvimento, que tem como fim o bem-estar de cada um dos ci-

Lourdes Pintasilgo com os jornalistas do EXPRESSO: "Temos uma sociedade que, mesmo nos seus mecanismos mais profundos, está fortemente condicionada pelo Estado e pelo comportamento do Es-

rante da unidade do Estado a tornar essas zonas de entendimento viáveis e possíveis para o desenvolvimento deste que eu costumo chamar o tecido social. Não é por acaso EXP. - Que possibilidades que à volta do actual Presiconcretas de actuação, no dente se encontram, com uma actual sistema político portuconfiança plena, industriais, guês, encontra no cargo de intelectuais, sindicalistas.

dadãos. Isso é o que me parece

ser o problema-chave. Se me

dizem que uma candidatura neste caso viria complicar, dir-

-lhes-ei que só vejo essa can-

didatura como uma resposta a

um desejo de estabilidade

muito mais profundo. A precisar-se, a minha seria uma can-

didatura que tentaria procurar

as grandes zonas de entendi-

mento à volta dos problemas fundamentais da vida portu-

guesa, o que compete ao presidente da República fazer res-

saltar, ajudando de algum

presidente da República? É

apenas uma situação moral,

não. É, ou seria, mais do que

isso, embora esse perfil seja

fundamental. Quem quer que

seja que considere as eleições

presidenciais neste momento,

não pode deixar de reconhecer

o enorme prestigio do actual

presidente da República na

sociedade portuguesa. E o

traço dominante do seu com-

portamento é de facto o ético.

Isto significa que o povo se re-

conhece nesse comportamento

que põe acima de tudo uma

componente ética, o que de

alguma forma é a salvaguarda

essa componente esgote a fun-

ção presidencial, que é extre-

mamente importante para o

futuro da sociedade portu-

guesa, exigindo um compro-

misso muito firme. È preciso

encontrar formas de uma es-

tabilidade nacional, que tem

que ver com o comportamento

interpartidário e as possibili-

dades de concertação dos vá-

rios partidos para se resolve-

rem grandes questões nacio-

com todas as outras forças so-

ciais, culturais e económicas

que precisam de ser chamadas

a participar de uma forma mais

orgânica e mais continuada.

mais sustentada, em toda a

condução das coisas políticas.

ampla do que o Estado

que o comportamento do

actual Presidente, independen-

temente dessa componente

ética, é insuficiente ou não

responde a essa necessidade de

fazer intervir todas essas for-

neral Ramalho Eanes tem de-

sempenhado de uma forma

perfeitamente cabal e conse-

quente, dentro do quadro ac-

tual, a sua função. Penso que

estão até preparadas as condi-

cões para que o presidente da

República se possa encontrar

de facto na encruzilhada do

M.L.P. - Penso que o ge-

FXP. - Considera então

A sociedade é mais

E tem que ver, também,

Não penso, no entanto, que

do regime

nais.

uma vez que é ga-

tecido social que passa pelo presidente da República. suprapartidária? Um perfil EXP. - Mas tem sido ope-M.L.P. - É evidente que rativo e concreto?

autarcas... Quer dizer, há um

M.I..P. - Concreto ele tem sido, e tem sido operativo de uma certa maneira: tem construido esse tecido. Penso que o presidente da República tem conseguido tornar operativa uma forma não necessariamente institucional, que não se vai traduzir em realizações institucionais da superestrutura, mas numa confiança e numa força desses vários agentes sociais, culturais, económicos, etc.

EXP. - A matgem dos partidos. Temos que chegar a essa conclusão, ou não?

M.L.P. - Os partidos têm funções claras no Estado. Em primeiro lugar, podemos chamar-lhes grandes órgãos do aparelho de Estado, cujo objectivo primeiro é a conquista do poder para - e esse será o seu segundo objectivo tornarem possível o seu próprio programa. São, em terceiro lugar, podemos ainda dizer, escolas de formação cívica

ou deveriam sê-lo. Mas não podemos pensar que eles esgotam o tecido social. Pois, se se inserem no Estado, a sociedade é, no entanto, mais ampla do que o Estado. EXP. - Esse é um dos seus

temas, não é?

M.L.P. - Não é só meu, é uma nova cultura politica que praticamente está presente em toda a Europa. É como que uma reflexão da última década

dos últimos cinco ou seis anos -, digamos que é como que uma exigência sobretudo da geração dos 35-45 anos, que viveu os sonhos da transformação da sociedade e se foi dando conta de que não serve já o esquema tradicional que se construiu no fim do século XIX e no principio do século XX, mas tão-pouco lhe servem os iluminismos revolucionários que caracterizaram a geração

de 60 e princípio de 70. Pelo contrário, esta geração propõe uma nova cultura politica que tem que ver com uma perspectiva económica e social, em que não se trata apenas de

garantir liberdades, mas emque as liberdades fundamentais passam também pela perspectiva económica e social, que tem que ver com os projectos de desenvolvimento, e que tem que ver, sobretudo, com o to-mar em linha de conta o processo técnico e cientifico dos ultimos anos.

As sociedades, quer queiramos quer não, estão já dentro do século XXI. Portanto. a política não pode continuar a funcionar com as coordenadas do século passado. E isto. este processo técnico e cientifico, tem que informar a produção de riqueza, a sua distribuição e a forma como nos relacionamos uns com os outros: o viacionamento social Cra istrated the conversariamente uma tradução ao nivel do Estado. É importante que os partidos sejam capazes de captar esses movimentos sociais, essa transformação profunda.

A política não profissionalizada

EXP. - Essa transformação supõe, no fundo, que a exclu-sividade dos partidos, no que se refere à representação dos cidadãos, seja um pouco limitada. Por isso, a sua candidatura pode não ser antipartidária, mas será possivelmente antipartidos. Dai, uma certa reacção dos partidos, evidenciada por várias tomadas de posição - desde o PS ao PSD, mesmo do PC - em relação à eventualidade da sua candida-

M.L.P. - Não podemos julgar o comportamento dos partidos e das pessoas por de-clarações isoladas e momentaneas. Quero afirmar claramente que se a minha decisão for a de uma candidatura, ela não é seguramente contra os partidos, mas e a alirmação de que há uma excessiva partidarização da vida portuguesa. É necessário não só que o presidente da República seja como foi nestes dois mandatos do general Eanes — uma figura totalmente isenta, suprapartidária, sem compromissos com os partidos, mas também distanciada relativamente a essa excessiva partidarização. É preciso que haja candidatos independentes, crediveis, capazes de não só se situarem para além dos partidos, mas. ao mesmo tempo, de dialogarem com eles. Queria acentuar ainda que me parece importante que os partidos descubram também, para a sua própria revitalização, que nessa nova cultura politica de que falava há pouco existe um certo número de

ideias, de factos, muito importantes. O primeiro é a convicção, completamente generalizada hoje, da dimensão política de todos os actos: perante a técnica, perante o comércio, perante os transportes, perante o sistema de ensino, ninguém

pensa hoje que são factos que nada têm a ver com a política. Basta a ameaça nuclear para sabermos, por exemplo, que não há ciência, não há tecnologia, que não tenham um coeficiente político. E os jornalistas

RAGIND OKYKOHUT &

politica

a funcionar

técnico e científico

não pode continuar

com as coordenadas do século passado. E este progresso

tem de informar a produção de riqueza,

a sua distribuição

nos relacionamos

uns com os outros.

necessariamente

uma tradução

do Estado."

e a forma como

Ora isto tem

que ter

ao nível

(Continua na pág. 18-R)



actual filosofia de adesão à

(Continuação da pág. 17-R)

estão extremamente bem colocados para saberem que não há jornalismo que não tenha um coeficiente político. Quer directamente, quer por omissão, mas tem sempre. E isto é válido em todos os dominios.

Em segundo lugar, há que revalorizar o que podemos chamar política não profissional, ou não profissionalizada. Se cada acto do cidadão tem uma dimensão política, isto significa que é possível fazer emergir do corpo social pessoas, cidadãos, com capacidade de gestão e de decisão relativamente às grandes opções politicas. E porquê? Justamente porque todas as práticas sociais efectivas estão ligadas a algo de mais global, que é realmente a orientação da coisa pública, a perspectivação política. Os partidos só terão a ganhar com este entendimento da política.

Temos uma sociedade condicionada pelo Estado

EXP. - Isso não vai ser um

entendimento vago e utópico? M.L.P. – Vago? Não é nada vago, de modo nenhum. Isto significa que na vida social todos os cidadãos, no exercício das suas funções, têm que se interrogar de facto sobre as consequências colectivas dos seus actos individuais, sobre a dimensão política daquilo que estão a realizar. Se me dizem que isto é utópico, nós assistimos na Europa.

EXP. - Onde é que há isso? M.L.P. - Em todas as so-ciedades, excepto nos países onde a política superestrutural enquanto tal absorve totalmente a vida social, como acontece entre nós. Temos uma sociedade que, mesmo nos seus mecanismos mais profundos, está fortemente condicionada pelo Estado e pelo comportamento do Estado. Ora, se olharmos para outras sociedades, e em particular para este mundo ocidental e europeu de que fazemos parte, verificamos que há nelas muitos outros elementos para além dos que dizem directamente respeito ao Estado ou ao funcionamento dos partidos.

EXP. - Está a falar da revitalização da sociedade civil?

M.L.P. - Eu não sou excessivamente adepta da dicotomia sociedade civil-Estado. No entanto, parece-me importante salvaguardar a autonomia da sociedade enquanto tal. Vamos ao limite: que acontece com frequência em termos de lutas partidárias? Em vez de serem a emanação da sociedade, dos seus movimentos profundos e das aspirações das pessoas, os partidos percorrem. de certa maneira, o caminho oposto e tentam "vender" à sociedade o seu próprio produto. Não há, portanto, uma tradução, ao nível do Estado, da aspiração social de individuos e de grupos, mas sim o contrário.

Concertação de todas as forças políticas

EXP. - Quando falou dos dois mandatos do general Ramalho Eanes, referiu que muito do que neles havia de positivo era a construção de um tecido social. Ao fim de dez anos de prática democrática, está o país em condições de pôr em causa a actual relação partidos-sociedade? E que papel,

nesse quadro, atribui a um novo presidente da República? M.L.P. — Estamos perante

uma sociedade com problemas económicos e sociais gigantescos e, a continuar a tendência actual - a diminuição da produção, o nosso endividamento, a situação social de grande parte do operariado, as dificuldades que tocam prati-camente a totalidade das classes média e empresarial - nós atingiremos, a muito curto prazo, uma situação que é praticamente de rotura eco-nómica, de rotura do tecido social e de grave perigo para a independência nacional.

Portanto, eu não sinto esta nossa troca de opiniões num plano especulativo. O que me parece óbvio é que há, face à situação da sociedade portuguesa, qualquer coisa da ordem do imperativo moral para to-dos os actores do processo, e nomeadamente para os partidos. E considero que a situação está madura, por um lado pe-los factores positivos que apontei — justamente porque o general Ramalho Eanes, pela sua isenção e ao mesmo tempo pela sua aplicação escrupulosa da Constituição, levou até ao limite as suas possibilidades concretas de actuar dentro de um determinado quadro -mas também, se quisermos, pela iminência de perigos muito grandes para a sociedade portuguesa.

E isto leva-me a pôr com clareza a necessidade, para o fim de 1985, de um Presidente capaz não só de ter com os partidos um relacionamento concertado, conjugado, mastambém de promover um novo relacionamento dos partidos entre si. Esse imperativo moral de que falávamos há pouco leva-me a dizer que é necessário, a muito breve prazo, que todas

as torças póliticas com sufi-ciente apoio pelo sufrágio universal se possam sentar à volta de uma mesa, e possam dizer como é que o Estado português se vai situar face a outros Es-tados e ao mundo, face à divisão internacional do trabalho - e isto tem que ver com investimentos estrangeiros em Portugal e com outras questões -, face à possibilidade de re-negociação da nossa divida externa, face às condições de utilização do Oceano dentro do quadro do Direito do Mar, face a uma não subserviência na adesão à Comunidade Económica Europeia, face a um papel claro e sem equívocos dentro do mundo de expressão oficial portuguesa. Isto, no domínio externo, para garantir a nossa independência e a nossa soberania, a nossa dignidade enquanto Estado.

Na ordem interna, parece-me inadiável essa concertação de todas as forças políticas e de todas as instâncias do poder politico, para fazer face ao problema urgente, urgentissimo, do desenvolvimento. Não é hoje possível conceber uma democracia que apenas se alimente a si própria da satisfação de mecanismos que vão funcionando. E isto é tanto assim que basta olharmos para o que acontece num país muito próximo, como a França. En-quanto Portugal, no dia 20 de Dezembro de 1982, sabe da demissão do seu primeiro-ministro e só volta a ter um Governo em pleno funcionamento seis meses depois, num pais riquissimo e auto-suficiente como a França, no mesmo dia e no mesmo noticiário, é

"E necessário, a muito breve prazo, que todas as forças políticas com suficiente apoio pelo sufrágio universal se possam sentar à volta de uma mesa, e possam dizer como é que o Estado português se vai situar face a outros Estados e ao mundo."





"Portugal e o próximo Presidente da República não podem deixar de, para garantir a independência nacional, tentar a concertação de todas as forças políticas para podermos renegociar a divida."

anunciada a demissão do primeiro-ministro e a nomeação sucede. Isto mostra claramente que nenhuma democracia, hoje, se pode dar ao luxo, sob pena de graves inconvenientes e de graves consequências para a vida económica e para a vida social, de permanecer nas fórmulas tradicionais de partilha do poder, em termos de exercício formal das condições necessárias para que a democracia funcione.

Reordenamento da vida político-partidária

EXP. - Em ambos os mandatos, o actual presidente da República teve, apesar de

desconfiança generalizada do sistema partidário. Como é que uma candidatura suprapartidária poderá conseguir uma concertação interpartidária e do conjunto dos partidos com as outras forças sociais?

Por outro lado, a sua eventual candidatura, corporizando uma certa lógica social e uma certa cultura política nova, deparar-se-ia, no entanto, com um problema: esse movimento social apenas teria tradução institucional ao nível do cargo mais alto do Estado, até porque o actual sistema político português não permite outras

tudo, o apoio formal de parti- formas de eleição de independos. Pelo contrário, a sua dentes, a começar pelos munisituação dessas, uma agudização dos conflitos institucionais?

> M.L.P. - Essa pergunta tem um pressuposto: o de que o quadro partidário é imutável. Ora, parece-me que há um movimento social, de contornos que se vão tornando precisos, que tem que ver com a importância de todas as regiões do pais, com a participação dos cidadãos na vida pública, com o rigor ético necessário para conduzir as coisas políticas. Há um movimento social, de que o general Eanes tem sido de certa maneira a figura central e mobilizadora, e que parece

estar a configurar-se de facto num novo movimento — chamemos-lhe partidário. Isto significa que estamos possivelmente a assistir durante estes meses a todo um reordenamento da nossa vida politico-partidária. E esse reordenamento não significa só mais um partido, mas sim um reajustamento de pessoas, de eleitorados... E significa também, penso, ou pelo menos é isso que tem vindo a lume na Imprensa, a entrada de novos ingredientes para a vida politico-partidária.

Portanto, a situação está em vias de sofrer uma transformação por dentro, de acordo com a própria lógica de formação de partidos, que seguramente vai contribuir, espero, para essa política de entendimento num horizonte de fins

de 85 ou 86.

O Plano e a regionalização

EXP. - A que novos ingredientes se refere?

M.L.P. - Dou-lhes dois exemplos fundamentais. As forças económicas e sociais só podem viver, e de alguma maneira contribuir para o desenvolvimento deste país, dentro de um quadro de regras claras e permanentes. Esse quadro, segundo a nossa Constituição, é o Plano. Ora temos uma Constituição em que o Plano está claramente formulado, na sua estrutura e nos seus objectivos, e, no entanto, a vida económica e social portuguesa não tem plano de desenvolvimento económico e social. De resto, o Plano não é sequer uma conquista revolucionária, é algo que nos até tínhamos, embora com características de certa maneira tecnocráticas e de pouca participação, antes do 25 de Abril.

Um outro exemplo que é claro e inequivoco na Constituição, é a regionalização, que aparece em todos os programas de Governo e que nenhum efectivou até agora. Ora, é através também da regionalização que as realidades concretas do país podem ser to-madas em linha de conta. Porque nessa altura são os próprios grupos e as próprias pessoas, em cada região, que determinam aquilo que para eles é fundamental...

EXP. - Como articula a necessidade do Plano com a

realidade do mercado? M.L.P. — A oposição Plano-mercado foi clássica em certo periodo, mas hoje parece-me ultrapassada. Quando falamos em Plano, falamos num quadro de grandes opções e orientações, que é definido e a nossa Constituição aponta para isso também - a partir de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento e não unicamente em termos técnicos e de gabinete. Em segundo lugar, é evidente que o Plano, hoje, não pode confinar-se a meras projecções macroeconómicas, que seriam uma espécie de novo espartilho para os agentes económicos. No Plano, hoje, têm de entrar em linha de conta a nova tecnologia, em termos de programação - e não há nenhuma programação que possa ser feita uma vez por todas. Portanto, não é um Plano rígido, estático, para 5 anos, é um Piano que tem como mecanismo institucionalizar a própria mudança dos seus referenciais.



é "inadmissivel

EXP. - De qualquer modo, a classe empresarial não reivindica nem o Plano, nem mais regras, nem mais metas, nem mais opções, mas o contrário: menos regras, mais transparência de mercado, mais facilidade para que as coisas se façam pela própria existência da sociedade, da relação procura-oferta. O Plano consegue integrar isso?

M.L.P. → Absolutamente, EXP. – Mas a classe empresarial diz que não.

M.L.P. - O que é o Plano moderno senão um conjunto de regras que todos os agentes económicos e sociais estabelecem de comum acordo, com uma enorme margem de flexi-

bilidade? EXP. — Um Plano a esse nível teria que incluir o desmantelamento de uma série de regras administrativas que existem e complicam a vida...

M.L.P. - A palavra desmantelamento é sua, mas sem dúvida que um Plano concebido com a técnica moderna e com a exigência da participação de todos os que nele intervêm, é algo que tem contornos completamente diferentes. E que vai aparecer suscitando mesmo um maior dinamismo da parte dos agentes económicos e sociais. Ao mesmo tempo, tem que provocar uma revisão total dos processos que até agora levavam à construção do Plano, o que se relaciona com a forma como concebemos a administração pública e em que medida esta serve as grandes orientações do Estado.

O bloqueio ao desenvolvimento

EXP. - Qual é então, para si, o bloqueio fundamental ao desenvolvimento da sociedade portuguesa?

M.L.P. Em primeiro lugar, é o desenvolvimento não estar presente nos programas políticos do Governo, em que apenas aparece como um dos capítulos da acção governativa. Ora, o desenvolvimento, para ser possível numa dada sociedade, tem que informar todos os aspectos da acção governativa, incluindo os aspectos que tradicionalmente consideramos político-administrativos: a regionalização, a valorização do poder local e das suas responsabilidades, a revisão da administração pública e a intervenção de organizações não governamentais, por exemplo. Mas o desenvolvimento implica ainda coordenadas ou sectores que não são exclusivamente de ordem económica: são uma perspectiva para todos os sectores da actividade pública que o Governo tem o dever de gerir. E isso, até agora, não se encontra praticamente — ou com poucas excepções — nos programas dos governos portugueses desde o 25 de Abril.

EXP. - O principal bloqueio ao desenvolvimento liga-se a uma questão de menta-lidades?

M.L.P. - Absolutamente.

EXP. - Segundo o discurso político-económico, o discurso dos ministros das Finanças, o bloqueio principal ao desenvolvimento da sociedade portuguesa passa pelo endividamento externo, pelas dificuldades de encontrar os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento.

M.L.P. - É evidente que não pode haver desenvolvi-mento quando o financeiro se

sobrepõe ao económico. Para mim, só com esta frase estou a dizer tudo quanto há a dizer sobre esse assunto. Mas o económico tão-pouco é um sector isolado. Não me parece que possa haver desenvolvimento sem essa transformação de mentalidades, sem uma matriz cultural extremamente clara e constantemente reforçada e desenvolvida.

O FMI e o caso português

EXP. - O acordo com o FMI em Agosto do ano passado, foi um acto antidesenvolvimento?

Certo.

EXP. - Mas que teria suedido sem o acordo com o FMI? Onde é que a gente vai buscar dinheiro para pagar a mercearia?

M.L.P. — Vamos busca hoje dinheiro para pagar a mercearia com a certeza de que esse dinheiro, dentro de poucos meses, não dá nem para o pão. Esse é o problema fatal da espiral da divida externa. E, ai, quero afirmar, com muita clareza, uma convicção que é neste momento partilhada por vários dirigentes políticos do mundo: é que a dívida externa, e sobretudo os empréstimos do Fundo Monetário Internacional, podem colocar os países em situação de dependência, como é o caso português. E porquê? O FMI é um organismo à disposição dos Estados membros das Nações Unidas, dos Estados membros do Fundo. E preciso lembrar que o FMI - e isto está explícito na sua Carta Fundamental tem de subordinar-se aos projectos de desenvolvimento económico e social dos países que lhe pedem o empréstimo. Portanto, que condições é que os países aceitam e que projecto de desenvolvimento é que propoem?

O que estou a dizer não é utópico, faz parte do comunicado final do passada mês de Maio de um organismo a que pertenço, o Conselho de Interacção de ex-chefes de Governo. Sob a orientação do ex-chanceler Helmut Schmidt, ai se diz claramente que é indispensável reconhecer que o FMI ajudou alguns paises a sair momentaneamente de situações à beira da catástrofe, mas também que as suas condições não podem de modo nenhum opor-se à soberania nacional; em segundo lugar, existe uma situação de pré-rotura entre o FMI alguns paises devedores da América Latina que ninguém pode acusar de revolucionários. como o México, o Brasil, a Colômbia, etc. Eles pedem o quê? Nesse comunicado final do Conselho de Interacção de támos isso mesmo; pedem o reescalonamento da divida, indispensável, e eventualmente até o estabelecimento de um tecto para o serviço da divida no Orçamento do Estado.

Isto quer dizer que não podemos estar a pagar a amortização dos juros da divida de tal maneira que isso se sobre-ponha às dividas obtidas pelas exportações. Nessa altura, estamos a trabalhar para nada ou apenas para enriquecer os países já ricos.

Renegociar a dívida externa

EXP. - No entanto, foram de facto esses países ricos que

emprestaram dinheiro. Também tem que haver uma moral do contrato do empréstimo.

Não será imoral romper...? M.L.P. — Eu não falei em romper. O que nessa reunião de ex-chefes de Governo apontámos e me parece fun-damental é que Portugal e o próximo presidente da República não podem deixar de, para garantir a independência nacional, tentar a concertação com todas as forças políticas para podermos renegociar a divida. Isso significa um outro escalonamento no tempo, o estabelecimento de um tecto anual para o serviço da dívida, e pode significar ainda outras formas. No nosso caso talvez não se venha a pôr necessariamente, mas, como se sabe, alguns países propõem que a divida relativa a um determinado período seja pura e simplesmente perdoada e que, a partir dai, comecem a trabalhar só novos valores da divida Quando falou no problema moral dos países ricos, creio que há ai uma dicotomia que hoje já não é possível manter no sistema monetário internacional. O problema da divida externa, hoje, é um problema simultaneamente dos devedores e dos credores. Os credores têm interesse em rever as condições em que se está processando hoje a divida externa.

As fronteiras da regionalização

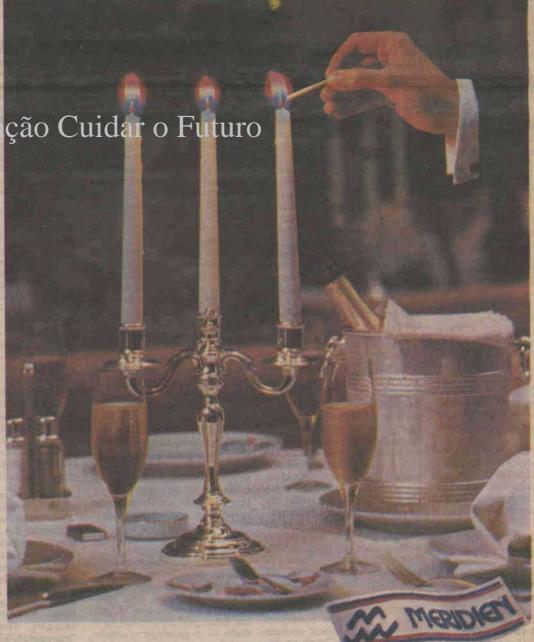
EXP. - Voltemos à regionalização. Não poderá ser esta uma outra repetição, à escala local, das perversões e das distorções do funcionamento do

(Continua na pág. 20-R)



'Conto com vários amigos, entre os quais o general Ramalho Eanes. (...) Mas a minha decisão, enquanto decisão, é de facto a decisão de uma pessoa, do seu foro intimo.

PROVE A COZINHA MÉRIDIEN NO HOTELMÉRIDIEN PORTO A COZINHA É UMA ARTE



NO HOTEL MÉRIDIEN PORTO ***** LUXO, O ÚNICO PROBLEMA RESTAURANTE: BRASSERIE LES TERRASSES. BAR: LE RENDEZ-VOUS. DISCOTECA OLYMPIA.

BANQUETES, COCKTAILS ATÉ 400

AMABILIDADE, EFICIÊNCIA, MANAGEMENT PROFISSIONAL NUM OUADRO REQUINTADO.

BREVEMENTE TAMBÉM UM HOTEL MÉRIDIEN LISBOA ***** LUXO, COM TODOS OS SERVIÇOS DE UM HOTEL DESSA CLASSE

OS HOTEIS FRANCESES NO MUNDO

CONVIVAS.

GREPO AIR FRANCE

A minha candidatura "só poderá ser

(Continuação da pág. 19-R)

M.L.P. - Quando se fala em regionalização, não é de modo nenhum para que o Estado possa existir em termos de mini-Estados ao nível de região. À medida que os serviços se aproximam das pessoas a burocracia deve desaparecer. Com a regionalização não se quer apenas um acto administrativo, quer-se um acto em que o sujeito e o fim do desenvolvimento - que é o homem, que é a pessoa humana - tenha próximo de si, e sem excessivos intermediários, a satisfação das suas necessidades básicas. É só isto e mais

Põe-se ainda outra questão relativamente à regionalização, que é a de saber se ela vai trazer ou não uma nova forma de caciquismo. É sem dúvida um problema também, e a única forma como pode ser resolvido reside na definição das fronteiras da regionalização. É preciso uma dimensão minima para a região, que permita a coexistência de forças e de interesses diferentes. E é justamente do confronto dessas forças e dessas tendências, e desses interesses, que nasce também uma dinâmica própria a cada região.

EXP. - Mas há problemas de fronteira entre uma região e outra, bairrismos, etc. Por exemplo: a capital da Região Centro deve ser Coimbra ou Aveiro? Acredita que a partir apenas de uma nova atitude, de uma novo sistema de referências de actuação política, é possível fazer com que se processe uma evolução de mentalidades?

M.L.P. — Os primeiros agentes da definição das fronteiras da regionalização são as próprias pessoas interessadas. Penso que a regionalização não pode ser unicamente um acto dos órgãos políticos do topo, mas tem que ser um processo no qual todas as pessoas têm que estar envolvidas. O que nos aparece como bairrismo e como podendo dificultar uma aplicação administrativa da regionalização, corresponde muitas vezes a realidades antropológicas e sociológicas de que não se pode fazer tábua rasa. A regionalização, afinal, o que é? É auscultar a realidade, é a respiração deste país. É saber como é que o nosso país respira, onde estão os seus diversos pulmões.

EXP. - Como é que se articulam, num todo nacional, situações que correspondem a realidades sociológicas muito

diversas? M.L.P. — Mas isso é o trabalho da mediação necessária, e da imaginação também necessária. Não há nenhuma tarefa que seja impossível, e essa não o é. Seguramente.

CEE: uma filosofia "inadmissivel"

EXP. - Há uma questão em termos de futuro que parece relativamente próxima dos portugueses: a adesão à CEE. E favorável à integração? E quais as suas virtualidades?

M.L.P. - O processo está em curso e considero normal a adesão de Portugal à CEE. Mas gostaria de falar das balizas dessa adesão. É evidente que os calendários que têm sido apresentados constituem algo que me surpreende, não provocando nenhuma reacção, da parte de todos nos, dos cidadãos e em particular dos homens da comunicação social. Por exemplo, diz-se que està tudo muito bem encaminhado e que só falta discutir a política agricola comum e o orcamento. Ora, na verdade, estes são praticamente os dois grandes elementos internos da Comunidade Económica Europeia.

Tenho necessariamente que referir a forma come o processo de adesão tem aparecido nos programas e na prática dos governos em Portugal. Se, por um lado, considero que essa adesão, quer em termos reais quer em termos simbólicos, é importante para a vida portuguesa, não estou de modo nenhum de acordo nem com a filosofia subjacente, nem com o processo como a adesão tem estado a ser negociada. A filosofia de alguns governos como se a adesão fosse uma batalha da qual depende o nosso futuro como nação considero-o atentória da nossa dignidade nacional, inadmissivel. Filosofia que singular-

mente se desviou, sofreu inflexão, a partir do 1 Governo Constitucional, O 1 Governo pediu a adesão, apontou esse objectivo no capítulo da poli-tica externa, dizendo que Portugal tinha de facto que lutar para fazer parte da Europa, e colocou o pedido de adesão à CEE no mesmo plano que a nossa integração no Conselho da Europa ou a nossa participação na Conferência de Segurança e Cooperação Europeias. Quer dizer que o 1 Governo Constitucional tinha um conceito de Europa que inteiramente partilho, um conceito largo, amplo, de múltiplas instituições em que cada uma tinha o seu objectivo próprio: umas com um objectivo mais económico, outras com um objectivo mais cultural, outras com o objectivo da segurança e da paz no continente euro-A partir do II Governo Constitucional, a adesão à CEE torna-se um "designio nacional" — eu estou citando governos — "capaz de galvagovernos — "capaz de galva-nizar o país", torna-se um "autêntico projecto de dimensão nacional", um "elemento estratégico decisivo" o "objectivo prioritário", a "prioridade das prioridades".

Ora é desta inflação - e inflação de palavras também que realmente eu passo a divergir. Porque? Porque nós somos europeus e a entrada na Comunidade Económica Europeia, se foi formulada por vários governos como um problema político, é essencialmente um problema económico e social. A Comunidade vê-se a si própria como uma Comunidade económica e social. E tanto assim é que à excepção do programa conjunto francobritânico do Airbus e o do Ariane, nao ha, na Europa, política com um senão a agrícola, e mesmo esta sofrendo as vicissitudes que sabemos, até com divergências de ministros dentro do mesmo país e do mesmo governo... Para além disso, a CEE não conseguiu definir uma política comum nem na energia, nem na informática, nem em biotecnologia, nem em comunicação, nem em armamento, nem em educação (foi proposta a certa altura a reunião de todos os ministros da Educação e isso foi recusado dizendo que a educação pertencia a cada pais, que não tinha que haver um



"Vamos buscar hoje dinheiro para pagar a mercearia com a certeza de que esse dinheiro, dentro de poucos meses, nem dá para o pão.

plano conjunto) nem na cultura, nem de imigração.

"Fomos pedir a adesão na base de quê?"

Quer dizer, problemas que nos interessam profundamente. como por exemplo a imigração dentro dos países da CEE, não têm uma política conjunta. Ora nos fomos pedir a adesão na base de que? Tendo nos um milhão e meio de trabalhadores dentro das fronteiras da CEE. fores preis aires mai o cu?? de segurança social entre Portugal e os países de acolhimento. Ora, não partimos logo da realidade fundamental que é negociar a presença dos nossos trabalhadores dentro dessas fronteiras. E deixem-me dizer ainda mais. A CEE nem sequer tem uma posição comum nas grandes questões internacionais, nos grandes conflitos e nos grandes problemas que afectam o mundo. Tem tiros soltos daqui, de além e de acolá. E mais: nem sequer consegue chegar a uma visão conjunta do desenvolvimento, como se viu pelas dificuldades ainda recentes de renegociar o acordo de Lomé com os países do Terceiro Mundo. Parece que a minha resposta está muito longe das vossas perguntas, mas não está. É que põe a adesão à CEE ao nivel onde ela deve ser colocada, não pensando nós que é o "grande designio nacional", o "grande projecto nacional". Impõe um certo número de regras de jogo, sem dúvida, em termos de agricultura, em termos tam-

EXP. - Do comércio ex-

M.L.P. -...do comércio externo, da indústria. A adesão vai exigir, sem dúvida, um periodo de transição, uma reestruturação agrícola que, se, por um lado, poderia ser um estimulo — è emprego o condi-cional —, por outro lado vai provocar situações de extrema dificuldade para os dois sectores. Em termos do desenvolvimento em Portugal, quero desmistificar a afirmação feita com frequência por vários governantes, ao longo de vários governos, de que as nossas es-truturas sociais, económicas e

até culturais terão que adaptar-se à CEE. A CEE não tem minimamente essa pretensão. Portanto, isso só significa delegação da nossa soberania noutros. O desenvolvimento depende de nós, não da CEE.

EXP. - A inexistência de políticas comuns não quer dizer que não haja uma integração das diferentes políticas nacionais. Integração que é tentada e concertada, e que interfere, eventualmente, nas detisões a nivel de cuels pais a em les avels canous que referiu. Portanto, não é de facto apenas a união aduaneira, a política agrícola comum e o orçamento comunitário que estão em causa na actual CEE.

M.L.P. - Essa concertação — e tomemos agora a questão da política externa — dos paises de CEE, verifica-se quando existem interesses simultâneos de todos os países. Um exemplo muito concreto: todos os países da CEE, à excepção da Irlanda e da Grécia, têm mantido uma atitude de abstenção relativamente ao problema que nos diz respeito - de Timor-Leste, porque têm inte-resses próprios em relação à Indonésia. Interesses que ficam salvaguardados, remetendo cada país a sua posição para a posição de conjunto. Portanto, a CEE fornece um quadro em que cada país pode defender melhor os seus interesses nacionais egoistas. Mas não é uma política integrada.

EXP. - De qualquer modo estamos a falar da CEE fundamentalmente ao nível da comissão das Comunidades dos conselhos de ministros. Mas há outras instituições, como o Parlamento Europeu, que já tem eleições directas e vai tomando, aínda que sob a forma de recomendações, atitudes nos mais diferentes campos. Ora, uma certa "europeização" em sentido cultural lato não é necessária e fundamental para a sociedade portuguesa?

M.L.P. - Sem dúvida! Mas eu parto do pressuposto que nós somos de facto um pais europeu, e que temos que assumir plenamente, em todas as plataformas onde a Europa se

está a fazer, a nossa posição de povo europeu. Em todas as plataformas sem excepção, e de uma forma integrada dentro da nossa política externa. Isto significa a nossa presença não só neste processo de adesão à CEE - sem subserviência, insisto -, mas também uma presença mais consequente no Conselho da Europa, uma presença...

EXP. — Na NATO? M.L.P. — Também, tam-bém. Se formos capazes de ti-rar da nossa participação da NATO as contrapartidas: por um lado, de ordem militar de melhoria do equipamento e do treino das nossas Forças Armadas - e, por outro, de ordem científica e tecnológica que a NATO tem obrigação de dar aos Estados membros...

Onde se faz a Europa

O que queria sublinhar é que a Europa se faz hoje em múltiplas plataformas e algumas não são sequer institucionalizadas. Ela faz-se, por exemplo. nas grandes Feiras, em Feiras industriais, em Feiras comerciais, realizadas aqui e além por toda a Europa; ela faz-se em políticas culturais. Mergulhar na nossa raiz europeia parece-me fundamental. Mas, justamente, o que considero paradoxal na vida portuguesa é que, estando a Europa a braços com interrogações sobre a sua própria presença no mundo, nós estejamos apenas a tentar integrar-nos numa parcela da Europa sem sermos parte activa dessa reformula-Repare que em muitas instâncias europeias se põe a questão demográfica - o peso da população idosa na Europa. E, depois, há este fenómeno espectacular. No princípio do século XX, entre as mil cidades mais populosas do mundo inteiro, só três eram do hemisfério sul. No fim do século XX, entre as mil cidades mais populosas apenas três pertencerão ao hemisfério norte e nenhuma será europeia. Serão Tóquio, Nova lorque e Los Angeles. Ora isto significa, em termos dos grandes centros culturais de irradiação presentes na Europa, uma interrogação muito importante, uma necessidade de reforço da cultura europeia de outra forma.

EXP. - Mas enquanto noutras zonas, nomeadamente no hesmifério sul, essa concentração demográfica tem a ver com a própria situação de centralização, na Europa não terá a ver justamente com o desenvolvimento de movimentos político-sociais de descentralização?

M.L.P. - Sem dúvida. EXP. - Acha que a Europa

se faz também na confluência de novos movimentos sociais?

M.L.P. - Em grande parte. A riqueza da Europa ao longo desta história milenária está justamente em movimentos sociais que a percorrem de norte a sul e de leste a oeste.

EXP. - Não acha que o seu discurso tem fundamentalmente que ver com novas realidades sociais na Europa, correndo talvez o risco de estar pouco adaptado ao movimento social em Portugal?

M.L.P. - Bom, nós estamos ainda a sofrer as consequências do grande isolamento que tivemos durante 50 anos. E isolamento que não foi minimamente colmatado por pessoas que se viram obrigadas a viver fora de Portugal e que, regressadas ao pais, parecem entrar também nesse isolamento. Ora isso preocupa-me muito mais do que o que acaba de dizer. Penso que Portugal só pode assumir o seu lugar, tanto na Europa como no resto do mundo, quando assumir a história tal como ela é. Quando fala nos movimentos sociais no nosso país, gostava que me dissesse quais são. Quando afirma que o que eu estou a dizer não tem que ver com Portugal...

Movimentos sociais e a questão do aborto

EXP. - A própria estrutura de classes e o peso dos apare-lhos políticos em Portugal têm objectivamente limitado o desenvolvimento e a manifestação daquilo que, neste momento, são na Europa os movimentos político-sociais mais interessantes. Nós não temos em Portugal um movimento ecológico e alternativo que existe em vários países da Europa e tem já um grupo parlamentar no Parlamento Europeu. Não temos um forte movimento de mulheres ou de minorias sociais. Em Portugal, a questão do aborto provocou um trauma tal que mesmo você fugiu a tomar uma posição directa sobre a questão.

M.L.P. - Fez um retrato do peso dos aparelhos políticos com o qual estou inteiramente de acordo. Depois de ter estado a trabalhar durante cinco anos, em grande parte tentando contribuir para uma certa revitalização do tecido social, que é que verifico? Dão-se dois fenómenos, que prejudicam a eclosão de verdadeiros movimentos sociais. Um deles, em virtude do desencanto face ao processo político destes 10 anos, levou muitas pessoas. numa fase em que poderiam ainda contribuir para a vida social, a um centramento sobre si próprias, a uma cultura narcisista que se está espalhando cada vez mais em certas camadas, e que, noutras, por exigência das condições económicas, da diminuição dos salários reais, se torna uma

independente'

necessidade de sobrevivência que impede a eclosão desses movimentos. Há, por outro lado, sempre que uma tentativa de movimentos sociais começa a tomar forma, a constante erupção da esfera do poder político. É isso percorre sem dúvida todo o corpo social português.

EXP. — A sua falta de definição sobre uma questão candente na sociedade portuguesa, a do aborto, não terá a ver com um compromisso seu já com o aparelho político?

M.L.P. - Lamento que isso me seja colocado dessa maneira. Repare que nós calmos num mimetismo americano, se vamos tornar problemas, como o do aborto, decisivos numa discussão entre pessoas que se situam diferentemente. De facto, a não accitação da legitimidade de determinadas posições parece-me ser uma nova forma de totalitarismo. As pessoas parecem esquecer-se, no que me diz respeito em particular, que a minha função na sociedade portuguesa, neste momento, o meu trabalho profissional se quiserem, é a de consultora do presidente da República. Portanto, há um conjunto de matérias relativamente às quais eu não tenho, nem posso, nem devo pronunciar-me. Enquanto durar essa situação. Digo isto apenas para clarificar o meu comporta-

EXP. — Mas na medida em que, de facto, a questão do aborto é, quer queira ou não, um problema muito candente na sociedade portuguesa, você deve responder...

M.L.P. - Respondi, res-

EXP. — Há aí uma grande ambiguidade, porque em relação a outras questões você não tem problemas em pronunciar-se. Mas tem em relação a esta.

esta.

M.L.P. — Não tenho nenhum problema.

nhum problema.

EXP. — Então qual é a sua

posição?

M.L.P. — Não me parece que seja uma posição que inte-

que seja uma posição que interesse neste momento. A minha posição é clarissima e evidente; sou contra o aborto.

EXP — Mas é contra a lei

EXP. — Mas é contra a lei de despenalização do aborto?

M.L.P. — A lei está votada. Se defendo a legalidade constitucional e democrática, as leis existem e respeito-as. Está respondido.

O partido eanista e a candidatura presidencial

EXP. — Assiste-se, neste momento, ao processo de formação de um movimento político identificado com o general Ramálho Eanes e ao qual você atribui um papel muito importante no reordenamento da vida política portuguesa. Ora, há vários indícios de que você não seria o candidato à Presidência da República desejado por um sector significativo do eanismo. Que pensa disso?

M.L.P. — Acho que, neste momento, é extremamente importante esse reordenamento. Eu conheço o que se está passando com esse partido, tenho sido informada. Não tenho ligação ao chamado partido eanista. É um partido que está a nascer fora de Lisboa e que possui uma movimentação própria. No que me

diz respeito, não sou pessoa para me filiar num partido, senão ter-me-ia filiado logo no 25 de Abril. Isso não corresponde à minha maneira de intervir na sociedade.

Quanto à minha eventual candidatura, eu disse há pouco que havia vários factores de ordem objectiva que eram importantes, que não se podem subestimar. Repito: considero que é necessária, no xadrez português, uma candidatura independente e credível. E exactamete as pessoas que eu não conheço e que gostaria de conhecer — que são as das sondagens — e outras ainda que têm vindo ter comigo pênsam que eu tenho essas caracteristicas.

Aguardo que surjam outros candidatos independentes, totalmente independentes dos partidos políticos — e crediveis. Isso é um elemento importante para uma decisão final.

EXP. — Mas se a CNARPE propuser outro candidato?

M.L.P. — A CNARPE é um partido, ou será um partido, o Partido Socialista é outro partido, o PSD é outro partido...

EXP. — Mas parece existir uma relação de afectividade ou de maior interesse seu em relação à CNARPE do que relativamente ao PS, ao PSD ou a qualquer outro.

qualquer outro.

M.L.P. — Mas os problemas políticos não se põem em termos afectivos.

EXP. — Acha que a partir do momento em que a CNARPE se transformar num partido será mais um partido como qualquer outro?

M.L.P. — Quando referi a possibilidade de evolução dos partidos, acentuei que me parece que este tem características novas, tem possibilidades de ser um partido com aspectos diferentes, e por isso mesmo é possivel que venha a transformar a cena político-partidária. Mas, de qualquer modo, é um partido.

EXP. — E, portanto, em face dele, deseja manter uma atitude equidistante, em termos políticos, como candidato? A atitude a assumir por um candidato independente e credivel face aos vários agrupamentos político-partidários deve manter essa equidistância?

M.L.P. — Não há equidistâncias em política. Isso é um mito. Por outro lado, não me parece fundamental para esta nossa conversa fazer a geometria das minhas possíveis relações com cada um dos partidos existentes em Portugal.

EXP. — Como é que equaciona então a sua independência, se não há equidistância?

M.L.P. — A independência é a possibilidade de não se estar sujeito a nenhum contrato privilegiado com nenhum partido.

EXP. — Mas não vai acontecer isso mesmo consigo e com a CNARPE, uma vez esta

transformada em partido?

M.L.P. — A política só se pode pensar a partir de factos. Neste momento há um partido que está em formação, que ainda nem sequer é partido e que tem dito — e eu espero dele um comportamento consequente e democrático internamente, o que me parece fundamental na cena partidária portuguesa —, que não vai ainda discutir as presidenciais. Faço justiça a esse partido de, na base da sua democracidade

"O bloqueio fundamental é o desenvolvimento não estar presente nos programas políticos do Governo."

interna, pôr a questão presi-

dencial em termos completa-

mente diferentes.

EXP. — Espera que esse partido encare um candidato à Presidência da República não como uma emanação partidária?

M.L.P. — Penso que se é um partido como os órgãos de comunicação social têm dado a entender, com características de forte implantação em todos es estrator da vida nacional, entre tento so se setado y como por fissionais e em couas as regiões, com certeza que é um partido que está atento âquilo que é o desejo da maioria, que vai tentar exprimir isso de formas originais, e que não vai com certeza fazer jogos de corredor para decidir quem é o candidato que apoia ou não apoia. Isto é o pressuposto de um novo comportamento interno.

A intervenção política do MAD

EXP. — Um movimento a que você está ligada, o MAD, apareceu, a dada a altura, como embrião possível de um novo partido. Essa questão chegou de facto a pôr-se?

M.L.P. — Não, no interior do MAD nunca se pôs. Todos os documentos do MAD foram entregues aos órgãos de comunicação, e foram muitos, os quais exprimiram claramente o que é o MAD: um movimento cívico-cultural privilegando a intervenção social transformadora.

EXP. — Mas houve discussões e divisões dentro do MAD, relacionadas com a intervenção de certos grupos mais vocacionados para a acção política.

cao politica.

M.L.P. — Há um único exemplo, que foi no plenário nacional em Janeiro, no Porto, em que duas pessoas puseram exactamente a questão, não de o MAD se transformar num partido político, mas de tomar uma opção sobre as presidenciais. E, nessa altura, decidiu-se que era muito cedo para o MAD, enquanto movimento de intervenção, se situar nessa zona.

Mas nunca houve de forma explicita, clara, em confronto,

o desejo de transformar o MAD num partido político.

A candidatura e o apoio de Eanes

EXP. — O que é que, no fundo, a leva a encarar a possibilidade da sua candidatura à Presidência da República?

M.L.P. — Neste momento, desde há umas semanas, tem havido um comacto muito interso de port igueres, de cididãos que não conhecia, de vários sítios do país, propondo e insistindo para que me candidate.

EXP. - Sente-se em précampanha?

M.L.P. — Não. Pelo contrário, a minha decisão depende em grande parte da forma como os cidadãos portugueses se manifestarem concretamente.

EXP. — Isso é um convite à manifestação, mas é apenas um convite... Quais são as condições claras e inequívocas para a sua candidatura?

M.L.P. — Julguei que as tinha deixado claras ao longo desta entrevista.

EXP. — Mas, de momento, dizem apenas respeito ao seu foro íntimo, não são objectivas. Por exemplo, o prof. Freitas do Amaral disse que não se candidatava por determinadas razões. Não há elementos objectivos para que as pessoas digam: em caso de... não há candidaturas de Maria de Lourdes Pintasilgo; em caso de... haverá candidatura.

Por um lado há as sondagens, e por outro o movimento de opinião pública em torno da sua candidatura. Agora a questão é saber até que ponto você está efectivamente decidida e empenhada em responder a isso. Isto é, se a sua decisão final não vai ser excessivamente condicionada por factores aleatórios ou por factores de conjuntura e, nomeadamente, pela posição pessoal do general Ramalho Eanes.

M.L.P. — Lamento que as coisas tenham de ser postas nesse pé no nosso pais e que se

imagine que há figuras públicas com uma tal menoridade que se deixam condicionar por factores aleatórios, Isso deixa-me perfeitamente perplexa. Porque seria o equivalente, ainda por cima velado e não tão claro, dos jogos de cúpulas que se passam dentro dos partidos. Seria exactamente a mesma coisa, sem a justificação de que partido tem a sua própria disciplina. Efectivamente que, dentro dos meus referenciais, disse que havia factores subjectivos que tinham que ver com a expressão dos portugueses e que tinham que ver com outros apoios. Isso para mim é importante. Mas são apoios de ordem inteiramente subjectiva. Conto com vários amigos, entre os quais o general Ramalho Eanes, não apenas enquanto presidente da República, nem apenas enquanto figura pública. alguém que, no decorrer dos últimos oito anos, conheci intimamente e que me conhece também intimamente. A decisão, enquanto decisão, é de facto a decisão de uma pessoa, do seu foro intimo.

Uma decisão sem mediação

Em termos da minha relação com os portugueses, esta decisão não tem mediação, justamente porque acredito que as pessoas são capazes de se exprimir, e tenho tido provas disso nestes últimos meses. As pessoas exprimem-se, mesmo que não me conheçam de sitio nenhum. Estão-se movimentando à volta de uma candidatura. A minha confiança na maioridade política e moral dos cidadãos portugueses é tal que, face àquilo que já aconteceu até agora, eu digo que é possível os cidadãos portugueses organizarem-se. E sem mediações.

EXP — Com mediações que eles próprios construirão?

M.L.P. — É evidente, mas entre eles e eu. Sem menosprezar tudo o que existe organizado. Não quero de modo nenhum menosprezar isso. Agora, a candidatura que defendo, se vier a concretizar-se, só poderá ser uma candidatura independente. Será, se quiserem, a sua força e a sua fraqueza. Isso tem uma fraqueza, sem dúvida, mas também uma força.

Direita e esquerda

EXP. — Dentro do leque possível de candidaturas, nomeadamente de dois candidatos que provenham da área eanista, tenderá a haver uma arrumação segundo espectros ideológicos mais ou menos definidos. Você considerou algures, por exemplo, que a distinção entre a direita e esquerda está ultrapassada. Mas não acha que corre o risco de a sua candidatura poder vir a ser conotada com a esquerda?

M.L.P. — Neste momento

da história em Portugal temos uma herança histórica de direita e esquerda. E, dentro dessa herança histórica, penso que sou vista por muita gente como pertencente à esquerda. No entanto, parece-me importantissimo sublinhar que, agora, as exigências da sociedade são tais - não só em Portugal - que todo o processo de pensamento e da nova cultura política se põe para além dessa dicotomia esquerda-direita, que é insuficiente para dar conta de toda a realidade existente. Relativamente à rigidez aparente do

nosso hemiciclo parlamentar (aparente, uma vez que será dificil discernir em termos históricos onde é que está a esquerda e onde é que está a direita) a minha posição não é em nenhum quadrante desse hemiciclo. É obviamente numa outra posição que se está formando no mundo.

EXP. — Mas a questão é exactamente essa.

M.L.P. — Penso que a maioria dos portugueses, no fim de contas, estão exactamente nessa posição. Não têm a sua atitude marcada por ser da direita ou por ser da esquerda. Vivem a satisfação de as liberdades fundamentais terem sido conquistadas, e vivem à procura de uma satisfação ao nivel das condições económicas e sociais e da expressão cultural que ainda não está adquirida.